

PATRIMÔNIO E ARQUIVOS SOB A ABORDAGEM TEÓRICA DE CAPITAL SIMBÓLICO: interlocuções para múltiplas realidades socioculturais e tecnológicas

Ismaelly Batista dos Santos Silva¹
ismaellybatista@gmail.com

Resumo

Arquivos figuram como arautos socioinstitucionais de registros que remontam às narrativas culturais estruturadas como parte constituinte das lembranças/memórias entre ações do passado e do presente, para ensejar tomadas de decisão com impactos futuros. Outrossim, a personificação do arquivo como entidade, e reconhecidamente um dispositivo socioinformacional, o torna sujeito no protagonismo das ações sociais mediante a guarda, o tratamento, a preservação e o acesso aos documentos. Neste sentido, o presente estudo visa, metodologicamente, cunhar a perspectiva de Capital Simbólico que emerge no contexto teórico e social a partir de Pierre Bourdieu, deslocando-a para o corpus reflexivo da percepção do Patrimônio e dos Arquivos, inclusive, no cenário digital. A partir de uma lógica indutiva e de uma abordagem qualitativa toma-se por base a estratégia de análise de conteúdo para tratamento das informações levantadas a partir de um estudo de literatura científica que estabelece como fontes informacionais livros e textos, presentes em periódicos indexados nas bases de dados da CAPES (livre), BRAPCI e SCIELO Brasil. Como aparelho conceitual, lançamos mão de diferentes olhares a partir de autores com influência no contexto patrimonial, a nível nacional e internacional, uma vez que suas formações e inferências perpassam a História, a História da Arte, a Crítica de Arte, a Sociologia, a Filosofia e, evidentemente, a Arquivologia. Como resultado, traçamos um panorama de facetas dialógicas que reverberam em um conhecimento reflexivo e abrangente por meio da interdisciplinaridade que, efetivamente, situa o Arquivo ante o contexto de Patrimônio Documental, no tocante à memória e cultura. Por fim, acredita-se que a ideia de valor atribuído aos documentos de Arquivo e o seu potencial para a cultura e a memória se encontra correlacionada à capacidade de perceber o simbólico como capital que orienta o desenvolvimento social, científico e tecnológico. Porém, requer um processo dialético e identitário dos povos, o que não é algo voluntário, pois, assim como a linguagem é ensinada, o despertar social para o Capital Simbólico, que prevê a valorização dos Arquivos como Patrimônio, requer um trabalho estratégico de educação por meio da difusão do conhecimento de seus múltiplos acervos como meta para assegurar o acesso livre e igualitário em prol de fraternidade transgeracional. Ou seja, despertar uma dialética do concreto sob a égide de que o Capital Simbólico transpassa a barreira teórica e reverbera de modo aplicado ao ser convertida em práticas de difusão e educação patrimonial, obedecendo requisitos prévios de tratamento documental no campo Arquivístico, que pode assegurar a manutenção de sua

¹ Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA), Mestra em Ciência da Informação e Bacharela em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

pertinência e singularidade, ao lançar mão de tecnologias contemporâneas, tais como: plataformas com arquitetura da informação inclusiva e atraente, repositórios confiáveis e a perspectiva de adoção das mídias sociais no estreitamento de laços interativos entre os acervos e a sociedade, bem como o foco na fidelização das comunidades e de povos que passariam a 'enxergar-se' efetivamente nestes legados institucionais (arquivos), mesmo que induzidos 'algorítmicamente'.

Palavras-chave: Arquivologia. Patrimônio. Capital Simbólico. Cultura e Arquivos. Tecnologia da Informação e Comunicação.

1 DIÁLOGOS INTRODUTÓRIOS SOBRE ARQUIVO, PATRIMÔNIOS E SOCIEDADE

Arquivos figuram como arautos socioinstitucionais de registros que remontam às narrativas culturais estruturadas como parte constituinte das lembranças/memórias entre ações do passado e do presente para ensejar tomadas de decisão com impactos futuros. Neste sentido, ao nos referirmos ao patrimônio como legado, estamos a contextualizar artefatos condicionados intencionalmente por razões ideológicas em múltiplos contextos (GOULART, 2002) e que visam à perpetuação de narrativas de grupos detentores do “poder de fala” (BOURDIEU, 2002). Genuinamente, estas narrativas ou discursos se estabelecem no tempo e espaço por meio de artefatos simbólicos e dos saberes compartilhados entre gerações de sujeitos que lhes atribuem significado.

Outrossim, a personificação do arquivo como entidade, e reconhecidamente um dispositivo socioinformacional, o torna sujeito no protagonismo das ações sociais mediante a guarda, o tratamento, a preservação e o acesso aos documentos. No Brasil, tanto os arquivos como a própria área de estudos científicos que se debruça acerca de questões que os cercam – a Arquivologia –, só recebem notoriedade a partir da formulação da legislação nacional e criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que passa a estabelecer, por meio de resoluções no cerne arquivístico, sua própria legislação, também conhecida como legislação arquivística (SOUZA, 2011).

Neste ínterim, a tríade do pensamento ente arquivos, patrimônio e sociedade enseja múltiplas discussões e possibilidades de interlocução acadêmica ao passo que as

relações entre eles são genéticas do ponto de vista dos diálogos possíveis, mas principalmente pela intersecção que um desenvolve em relação ao outro indiscriminadamente, ou seja, arquivos são produto de ações sociais e legados constituintes das relações travadas no âmbito social (BELLOTTO, 2006), que, por sua vez, manifestam o interesse e pertencimento ante os materiais de acervos de arquivo como noção do campo patrimonial por razões cívicas, culturais ou pessoais.

Fato que não podemos desassociar é o caráter coadjuvante que é atrelado aos arquivos pela sociedade, pelos gestores e pela própria cultura no país, ora por razões estratégicas ou políticas que visam silenciar as “vozes” e “direitos” que advêm dos documentos de arquivo (no caso de gestores), ora por razões educacionais que mitigaram a possibilidade de enxergar os arquivos como fonte de informação, cultura e lazer (no caso da sociedade) (SILVA, 2017). Essa acepção, por um longo período, relegou documentos de arquivo a depósitos, porões/subsolo e massas documentais negligenciadas (SOUSA, 1997).

Cenário este que tem se transformado em virtude da implementação de leis como a de transparência de informações públicas (LEI Nº 12.527/2011), assim como o engajamento de associações de profissionais, pesquisadores, professores e estudantes da Arquivologia que têm se mobilizado em prol da visibilidade e reconhecimento do valor e relevância científica, institucional, cultural e social dos arquivos (SOUZA, 2011). Nessa linha de pensamento, isso representa um panorama interessante de avanços, mas não um quadro confortável ainda nos dias de hoje, pois se inscreve uma agenda de desmontes legais através de ações para restringir o amplo acesso às informações públicas (legal ou arbitrariamente), por exemplo, em interpretações tendenciosas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, em vigor parcial no ano de 2020, assim como investidas contra a preservação de suportes documentais originais por meio do *lobby* de empresas de tecnologia junto a legisladores brasileiros que resulta em Projetos de Lei como o PL nº 7.920/2017, popularmente conhecido por membros da comunidade acadêmica de Arquivologia como “Lei da Queima de Arquivo”, bem como a Medida Provisória (MP) nº 881 de abril de 2019, denominada “Declaração de Direitos de Liberdade Econômica” que autoriza a destruição de documentos originais após sua digitalização, dentre outros.

Destarte, os arquivos e o patrimônio que representam perante a sociedade estão sob constante experimentação, seja pela falta de informação e educação patrimonial estabelecida culturalmente no Brasil, ou mesmo pelos interesses individuais que corrompem os valores da nação conforme já mencionado. Podemos listar ainda o desafiador contexto do mercado informacional que absorve rapidamente os novos modelos de geração e compartilhamento de conhecimento, baseados na Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), bem como ele repassa boa parte dessa tecnologia a usuários no contexto social. Por conseguinte, isso impacta nos fazeres e saberes do campo arquivístico, o qual tende a se apropriar de novos modelos tecnológicos como estratégia de atendimento às necessidades das instituições e sociedade, mantendo assim sua notória relevância e engajamento mediante a *práxis* (SILVA, 2020).

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) representou e ainda representa um desses marcos de transição e assimilação de novos contextos tecnológicos e social, em que promoveu uma indução disruptiva na transformação digital de instituições arquivísticas e alguns de seus profissionais, que, necessariamente, tiveram como regra a adaptação quase que abrupta, aderindo ou intensificando sua atuação em ações de difusão e acesso aos acervos por meio do cenário digital, por exemplo, nas plataformas de *streaming* de vídeos e redes sociais.

Assim, as possibilidades de mediação entre usuários e acervos de arquivos tiveram suas bases tradicionais rearranjadas. Novos padrões de interação, por sua vez, emergiram e fronteiras puderam ser repensadas com base no uso da tecnologia computacional, por exemplo, usar a lógica computacional e, mais especificamente, aplicações como: algoritmos no contexto da *web* para, através da “sugestão”, “cativar” usuários potenciais de sistemas de arquivos, o que passa pela “educação patrimonial” sob uma perspectiva digital. Nessa perspectiva, indagamos: como a tecnologia algorítmica pode induzir cenários de educação patrimonial nos acervos de arquivos?

Logicamente, tal reflexão exige um esforço teórico que não temos aqui a intenção de esgotar, bem como é sabido que, para tanto, faz-se necessário mapear perfis de usuários com base nas predileções através dos rastros (dados), respeitando a LGPD e desenvolver algoritmos capazes de infiltrarem-se nas bolhas de grupos da sociedade civil, gerando conhecimento das necessidades e interesses para propiciar o alinhamento

de possibilidades de interação significativa que se baseia no contexto identitário e dialógico dos arquivos com a sociedade, principalmente os de cunho já digital.

Isto posto, este ensaio de caráter teórico visa cunhar a perspectiva de Capital Simbólico - que emerge no contexto teórico e social a partir de Pierre Bourdieu, 1987 - , no *corpus* reflexivo da percepção do patrimônio e dos arquivos com base em sistemas computacionais. Isto só foi possível, do ponto de vista metodológico, a partir de uma lógica indutiva (VOLPATO *et. al.*, 2013), sob uma pesquisa descritiva (GIL, 2008) e de uma abordagem qualitativa (MINAYO; SANCHES, 1993), tomando por base a estratégia de análise de conteúdo (BARDIN, 2009) para tratamento das informações levantadas a partir de um estudo de literatura científica que estabeleceu como fontes informacionais livros e textos, presentes em periódicos indexados nas bases de dados da CAPES (livre), BRAPCI e SCIELO Brasil.

Como aparelho conceitual, lançamos mão de diferentes olhares a partir de autores com influência no contexto patrimonial, em nível nacional e internacional, uma vez que suas formações e inferências perpassam a História, a História da Arte, a Crítica de Arte, a Sociologia, a Filosofia e, evidentemente, a Arquivologia. Por conseguinte, como viés computacional, adotamos teóricos contemporâneos da Inteligência Artificial (IA), os quais são apresentados na próxima seção.

2 CAPITAL SIMBÓLICO COMO “QUASAR” CULTURAL POR MEIO DE ABORDAGENS COMPUTACIONAIS

Produto de manifestações humanas, inúmeros artefatos são passíveis de serem lidos como símbolos sociais e, com o passar dos anos e sua perpetuação entre gerações, fazem alusão também ao campo patrimonial. A dimensão de patrimônio, plural por natureza e diversa no tocante aos entendimentos e conceituações, ganha categorias que visam à sua contextualização e leitura especializada como, por exemplo, o campo do patrimônio cultural, patrimônio histórico, patrimônio artístico, dentre outros (SILVA, 2016).

Do mesmo modo, o patrimônio de um povo recebe a delimitação de seu limiar pela extensão de seu espectro, por exemplo, patrimônio individual, familiar,

comunitário, regional e/ou nacional e internacional/mundial. Embora um patrimônio guarde consigo mais que o valor imediato e atribuído por um sujeito ou grupo, ele também faz relação a outros significados e que, em algum momento, a intersecção dessas representações irá expressar a relevância e natureza patrimonial. Ou seja, a partir do entendimento coletivo, temos um patrimônio que dialoga com contextos individuais, mas que prevalece como bem social, o que é forjado na dinâmica entre sujeitos e relações travadas no cenário cotidiano dos povos e suas culturas (CHOAY, 2006).

Símbolos culturais durante séculos estão a representar as características artísticas e socialmente manifestadas por um determinado povo (GOULART, 2002). No entanto, às ações adotadas como narrativas que embasam os discursos perpetuados e incorporados como sistemas simbólicos, uma vez expressas em objetos que compõem contextos patrimoniais, pode-se atribuí-las a grupos específicos de poder que são os indivíduos que detêm o potencial dialógico constituinte das narrativas, pois mesmo que impliquem o coletivo, partem de contextos especializados como intencionalidade de perpetuação de suas ideologias (BOURDIEU, 2002).

A este ponto, podemos pensar diante da categoria conceitual de capital simbólico tecida por Bourdieu (1987; 2002) e que compreende o campo das representações sociais e se manifesta na capacidade expressa por um grupo notoriamente reconhecido ou indivíduo que impõe socialmente, por meio de seu valor ou honra, influência na cultura e na sociedade com base em seu valor socialmente aceito, ou seja, o discurso hegemônico em dado campo do saber, da cultura, da política, da arte ou em cenários contemporâneos na ciência e tecnologia.

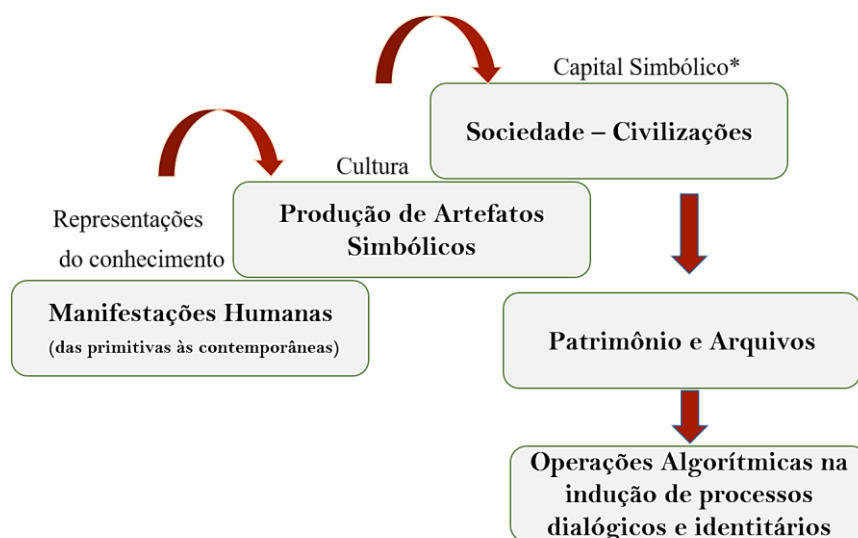
Podemos observar o capital simbólico em ação na história, por exemplo, nas narrativas de Burke (2003; 2012) ao mencionar que obras similares eram diferenciadamente reconhecidas com base na autoria e nas relações que os autores estabeleciam com membros da sociedade que pertencessem a classes financeiramente bem sucedidas ou detentoras de prestígio social. Esse viés também possui influência na história da arte e na noção de arte, ou mesmo arte como patrimônio nas análises de Brandi (2004), Choay (2006) e Dvorák (2008), repletas de referências que contextualizam processos de edificação histórica e social de elementos deliberadamente, ora silenciados para fins de desvalorização e esquecimento, ora superestimados como

meio de impor uma determinada visão de cultura perante a sociedade e que passava a compor a estética ou mesmo a narrativa de adesão “oficial” e socialmente aceita.

Com o advento de sistemas computadorizados e orientados às TICs, cenários de contextualização para o capital simbólico sofreram transformações e podem ser expressos sob a ótica dos meios digitais que lançam mão de novos recursos para alcançar notoriedade social, inclusive, com alcance multiníveis, uma vez que as plataformas de comunicação através de mídias proporcionam interagir diretamente com diferentes faixas etárias, classes e contextos sociais de um nível local até mesmo em dimensões globais e curto espaço de tempo devido à fácil conectividade (LÉVY, 2010).

Recursos como algoritmos em sistemas computacionais promovem interações significativas com base no comportamento dos usuários e exploração dos dados que são ressignificados gerando produtos e serviços mais atrativos aos adeptos das plataformas digitais de interação social e comunicação (FACELLI, 2011; RUSSELL, 2013). Na figura 01, é ilustrada a contextualização do capital simbólico para o cenário tecnológico contemporâneo pautado no uso de algoritmos, ou seja, aplicações voltadas à execução de tarefas predeterminadas por programadores no âmbito computacional (FACELLI, 2011).

FIGURA 01: Capital simbólico para o contexto algorítmico



FONTE: Dados da pesquisa, 2020.

Como podemos observar na figura 01, as representações do conhecimento por meio de manifestações humanas e que dão origem a artefatos inicialmente primitivos e que evoluem com o passar do tempo e avanço tecnológico, hoje, nos situam na possibilidade de produção algorítmica voltada à indução de processos dialógicos e identitário no contexto social. Ou seja, a dialética do concreto (KOSIK, 1985) que era estabelecida entre detentores do capital simbólico e o amplo contexto social passam a ser reproduzidos em um ambiente digital e com possibilidades de previsão de ações, assim como ajustes rápidos na empreitada de estratégias que congregam interfaces atraentes e adaptáveis, potencializando as chances de êxito no exercício do discurso capital.

Experiências recentes denotam que necessariamente com base no uso de inteligências computacionais sequer os indivíduos precisam efetivamente ser reais no mundo contemporâneo para gerar valor associado aos seus discursos (RUSSELL, 2013). Logo, o capital simbólico, intangível em termos de materialidade, mas como força social, se apresenta como modelo conceitual vital às engrenagens de poder e merece atenção do campo patrimonial, uma vez que pode ser adotado de forma cautelosa, por exemplo, no contexto da educação patrimonial no tocante à influência na cultura. Outrossim, explorar aspectos como o *marketing* digital e o reconhecimento do patrimônio dos arquivos, inclusive no contexto digital, representa uma visão estratégica para a difusão dos acervos e enxerga estes “novos padrões patrimoniais” como capital a ser explorado em seu próprio ambiente nato digital.

3 CAPITAL SIMBÓLICO E LEGADOS INSTITUCIONAIS - UMA BREVE CONCLUSÃO

Ante o exposto, acredita-se que a ideia de valor atribuído aos documentos de arquivo e ao seu potencial para a cultura e à memória se encontra correlacionada à capacidade de perceber o simbólico como capital que orienta o desenvolvimento social, científico, tecnológico e cultural. Porém requer um processo dialético e identitário dos povos, o que não é algo voluntário, pois, assim como a linguagem é ensinada, o despertar

social para o capital simbólico, que prevê a valorização dos arquivos como patrimônio, requer um trabalho estratégico de educação por meio da difusão do conhecimento de seus múltiplos acervos como meta para assegurar o acesso livre e igualitário em prol de fraternidade transgeracional.

Despertar uma dialética do concreto sob a égide de que o capital simbólico transpassa a barreira teórica e reverbera de modo aplicado ao ser convertida em práticas de difusão e educação patrimonial, obedecendo aos requisitos prévios de tratamento documental no campo arquivístico, pode assegurar a manutenção de sua pertinência e singularidade ao lançar mão de tecnologias contemporâneas, tais como: plataformas com arquitetura da informação inclusiva e atraente, repositórios confiáveis e a perspectiva de adoção das mídias sociais no estreitamento de laços interativos entre os acervos e a sociedade, bem como o foco na fidelização das comunidades e de povos que passariam a ‘enxergar-se’ efetivamente nestes legados institucionais (arquivos), mesmo que induzidos ‘algoritmicamente’.

Neste sentido, sugere-se a continuidade da proposta temática aqui levantada, que dialoga acerca de insumos computacionais e linguagem algorítmica ante o contexto de transformação digital e novas formas de traçar estratégias de comunicação e educação patrimonial para usuários no contexto arquivístico. Da mesma forma, são recomendadas investigações acerca da patrimonialização do digital no Brasil com base na adesão e reflexão contemporânea para o patrimônio que se estabelece em ambiente digital, bem como estudos que contextualizam ambientes digitais e imersão em linguagens computacionais, ontologias e inteligência artificial ao ofício do arquivista.

Por fim, esperamos contribuir por meio deste estudo para que discussões acerca do contexto patrimonial e arquivístico contemplem olhares que transbordem os aspectos de “pedra e cal” ou mesmo a documentação típica que por muito sedimentou os diálogos patrimoniais e deu sentido à produção técnica e científica no campo patrimonial. Este último, que, por vezes, o pesquisador em Arquivologia, ora não se apropriou, ora tangencia o pensamento por falta de consenso na comunidade sob os aspectos ontológicos do arquivo como patrimônio (arquivístico?!), e em que medida ele suscita este *status* conceitual.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BELLOTTO, Eloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental** / Heloísa Liberalli Bellotto. – 4 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p

BOURDIEU, Pierre. **Choses dites**. Paris: Minuit, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil. 2002.

BURKE, Peter. **Uma História social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BURKE, Peter. **Uma História social do conhecimento II: da Enciclopédia a Wikipédia**. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2012.

BRANDI, Cesare. 1906-1988. **Teoria da restauração** / Cesare Brandi; tradução Beatriz Mugayar Kühl; apresentação Giovanni Carbonara; revisão Renata Maria Pereira Cordeiro. – Catoia, SP: Ateliê editorial, 2004.

BRASIL, Lei Nº 12.527. Lei de Acesso à informação. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso. 20 nov. 2020.

BRASIL, Lei Nº 13.709. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). 2018. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso. 20 nov. 2020.

BRASIL, Projeto de Lei – PL Nº 7.920. Queima de Arquivo. 2017. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2142105>>. Acesso. 20 nov. 2020.

BRASIL, Medida Provisória – MP Nº 881. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. 2019. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv881.htm>. Acesso. 20 nov. 2020.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio** / Tradução de Luciano Vieira Machado. 1925 – São Paulo. 3 eds. Estão Liberdade: UNESP, 2006. 288p.: Il.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos. **Legislação Arquivística Brasileira**. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 06 out. 2020.

DVORÁK, Max, 1874-1921. **Catecismo da preservação de monumentos** / Max Dvorák; tradução Valéria Alves Esteves Lima; apresentação Valéria Alves Esteves Lima, Jens Baumgart, Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FACELI, Katti.; *et al.* **Inteligência Artificial**: uma abordagem de aprendizado de Máquina. Editora LTC. 1º Ed. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, Silvana. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Editora 34; 2º Ed. 2010.

MINAYO, Maria Cecília. S.; SANCHES, Odécio, O. **Métodos Qualitativos e Quantitativos**: oposição ou complementaridade? Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 3.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

RUSSELL, Stuart Jonathan. .; *et al.* **Inteligência artificial**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

SILVA, I. B. S. Ambiente informacional de arquivos: a emergência estética na sociedade da informação. **AGORA (FLORIANOPOLIS)**. , v.27, p.29 - 26, 2017.

SILVA, I. B. S. Diálogos sobre preservação documental e Ciência da Informação. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba. - UFPB. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8298/2/arquivototal.pdf>>. Acesso: 29 jun. 2020.

SILVA, I. B. S. Organização do Conhecimento na Arquivologia: desafios e perspectivas no âmbito do tratamento documental. **AGORA (FLORIANOPOLIS)**, v. 30, p. 613-626, 2020.

SOUSA, R. T. B. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. **R- Bibliotecon. Brasília**, v. 21, n. 1, p. 31-50, jan./jun. 1997.

SOUZA, K. I. M. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

VOLPATO, Gilson Luiz; *et al.* **Dicionário crítico para redação científica**. Botucatu: Best Writing. 2013.